

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Competência técnica: Informática
Conhecimentos relacionados: Segurança da informação

Objetivo Geral

Proporcionar aos participantes a apreensão dos conceitos mínimos sobre segurança da informação e proteção de dados pessoais, necessários ao exercício das suas funções no TJRJ.

Objetivos Específicos

- Compreender os conceitos e princípios referentes à segurança da informação e a proteção de dados pessoais;
- Entender a importância da adoção de Políticas de Segurança da Informação no ambiente corporativo e o papel dos usuários no que tange à eficiência de sua aplicabilidade;
- Divulgar as Políticas de Segurança da Informação relacionadas ao uso dos recursos computacionais do TJRJ;
- Entender os aspectos tecnológicos da Segurança da Informação;
- Desenvolver uma visão abrangente sobre as boas práticas para o uso seguro da internet seja a partir da rede do TJRJ, domésticas ou redes WIFI abertas;
- Entender os riscos e vulnerabilidades durante o acesso à internet;
- Compreender os conceitos básicos sobre o uso de criptografia, certificado digital e assinatura digital;
- Compreender os reflexos da legislação brasileira sobre a Segurança da Informação;
- Entender os principais aspectos da proteção de dados pessoais no Brasil, a partir dos fundamentos, conceitos e regras previstos pela Lei Geral de Proteção de Dados;

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, recursos audiovisuais.

Conteúdo Programático

- Informação;
- Conceitos básicos da segurança da informação;
- Protegendo a informação;
- Boas práticas de segurança da informação;
- Boas práticas de segurança da informação no TJRJ.

Avaliação

Verificação de aprendizagem com seleção randômica de questões na plataforma *Moodle* aplicada no final do curso.

Bibliografia

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO/IEC 27001:** Tecnologia da informação - Técnicas de segurança Sistemas de gestão de segurança da informação - Requisitos. Rio de Janeiro, 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO/IEC 27002:** Tecnologia da informação - Técnicas de segurança Código de prática para controles de segurança da informação. Rio de Janeiro, 2013.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ nº 215/2015.** Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2236>
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ nº 260/2018.** Altera a Resolução CNJ nº 215/2015 e institui o ranking da transparência do Poder Judiciário. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2694>
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ nº 273/2018.** Altera a Resolução CNJ nº 215/2015 e dispõe sobre o acesso à informação no âmbito do Poder Judiciário. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2791>
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ nº 396/2021.** Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ). Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original1448222021061060c226366f958.pdf>
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Portaria CNJ nº 162/2021.** Aprova Protocolos e Manuais criados pela Resolução CNJ n.º 396/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ). Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original1355352021061460c75fd70e87f.pdf>
- BRASIL. **Lei nº 7.232/1984.** Dispõe sobre a Política Nacional de Informática e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7232.htm
- BRASIL. **Medida Provisória nº 2.200-2/2001.** Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de

Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.
Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2001/2200-2.htm

- **BRASIL. Lei Federal nº 12.527/2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
- **BRASIL. Lei nº 12.737/2012.** Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; alteração Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm
- **BRASIL. Instrução Normativa do GSI nº 03/2013.** Dispõe sobre os parâmetros e padrões mínimos dos recursos criptográficos baseados em algoritmos de Estado para criptografia da informação classificada no âmbito do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://dsic.planalto.gov.br/legislacao/instrucao_normativa_nr3.pdf
- **BRASIL. Lei Federal nº 12.965/2014.** Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm
- **BRASIL. Decreto nº 8.771/2016.** Regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e apuração de infrações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8771.htm
- **BRASIL. Lei nº 13.460/2017.** Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm
- **BRASIL. Lei Federal nº 13.709/2018.** Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13709-14-agosto-2018-787077-publicacaooriginal-156212-pl.html>
- **BRASIL. Decreto Federal nº 9.637/2018.** Institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9637.htm
- **BRASIL. Lei Federal nº 13.853/2019.** Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13853.htm
- **BRASIL. Decreto Federal nº 9.723/2019.** Institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo da apresentação de outros documentos do cidadão no exercício de obrigações e direitos. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9723.htm

- BRASIL. **Decreto Federal nº 9.854/2019**. Institui o Plano Nacional de Internet das Coisas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9854.htm
- BRASIL. **Decreto Federal nº 10.046/2019**. Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10046.htm
- BRASIL. **Instrução Normativa do GSI/PR Nº 03/2021** Dispõe sobre os parâmetros e padrões mínimos dos recursos criptográficos baseados em algoritmos de Estado para criptografia da informação classificada no âmbito do Poder Executivo Federal. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-gsi/pr-n-3-de-28-de-maio-de-2021-322963172#:~:text=de%20Seguran%C3%A7a%20Institucional-,INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20GSI%2FPR%20N%C2%BA%203%2C%20DE%2028%20DE%20MAIO,entidades%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%ABlica%20federal.>
- RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Resolução TJ/OE nº 09/2017**. Institui a Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/dir-gerais/dgtec/atos-executivos/normas-de-tic>
- RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Resolução TJ/OE nº 05/2019**. Institui a Política de Segurança da Informação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em : <https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/dir-gerais/dgtec/atos-executivos/normas-de-tic>
- RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Ato Normativo nº 08/2019**. Estabelece as normas para Gestão de Segurança da Informação (GSI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/dir-gerais/dgtec/atos-executivos/normas-de-tic>.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Ato Normativo nº 10/2019**. Estabelece as normas para Gestão de Ativos de Segurança da Informação (GASI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/dir-gerais/dgtec/atos-executivos/normas-de-tic>.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Ato Normativo nº 27/2020**. Estabelece as normas para Gestão de acesso a recursos de TIC do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/dir-gerais/dgtec/atos-executivos/normas-de-tic>.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Ato Normativo nº 13/2021**. Altera o art. 29 do Ato Normativo n.º 27/2020, que disciplinou a gestão de acessos a recursos de tecnologia da informação e comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/dir-gerais/dgtec/atos-executivos/normas-de-tic>.

IMPORTANTE: Sempre verifique no *site* do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.

- COBIT5. Modelo Corporativo para Governança e Gestão de TI da Organização. ISACA. Disponível em: <http://www.isaca.org/COBIT/Pages/COBIT-5-portuguese.aspx>.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Cartilha de Segurança para Internet, versão 4.0. São Paulo, 2012. Disponível em <http://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>
- FONTES, Edison Luiz Goncalves. **Segurança da Informação:** o usuário faz a diferença. São Paulo: Saraiva, 2007.
- FONTES, Edison Luiz Goncalves. **Praticando a segurança da informação.** Rio de Janeiro: Brasport,2008
- FONTES, Edison Luiz Goncalves. **Políticas e normas para a segurança da informação.** Rio de Janeiro: Brasport,2012.
- MANOEL, Sérgio da Silva. **Governança de segurança da informação:** como criar oportunidades para o seu negócio. Rio de Janeiro: Brasport, 2014.
- SÊMOLA, Marcos. **Gestão da Segurança da Informação:** uma visão executiva. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

Carga horária

15 horas

Atualização: 17/09/2021	Revisão: 00
-------------------------	-------------